

A DISCUSSÃO SOBRE O PURISMO NAS POLÊMICAS LINGUÍSTICAS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Adriana MANOLIO¹

Mestranda em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

Este artigo trata das polêmicas linguísticas travadas em torno da língua nacional brasileira entre o final do século XIX e o início do XX. Objetiva-se neste estudo entender a influência do conceito do purismo linguístico nessas polêmicas, bem como qual a sua importância para a constituição da identidade nacional. Inicialmente, será examinado o conceito de purismo; em seguida, será apresentada uma breve contextualização histórica do período e, afinal, serão analisadas algumas das principais polêmicas ocorridas nesse período em estudo. Conclui-se que esses debates serviram para reafirmar a importância que a língua exerceu como instrumento para a construção da identidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Polêmicas linguísticas. Purismo. Língua nacional.

Introdução

Este artigo situa-se na linha de pesquisa da História das Ideias Linguísticas e trata das discussões acerca do purismo linguístico, tema recorrente nas polêmicas entre os intelectuais brasileiros no final do século XIX e que se estenderiam até o início do século XX em torno da língua nacional. Essa época caracteriza-se por profundas mudanças culturais, sociais e políticas que afetaram a jovem nação brasileira.

O ambiente cultural brasileiro desse período foi marcado por discussões públicas em torno de questões da linguagem, seus padrões cultos e eruditos. Polêmicas linguísticas travadas entre José de Alencar e Joaquim Nabuco; Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco; Júlio Ribeiro e Padre Sena de Freitas; Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro são casos que ilustram com perfeição o espírito dessa época.

Objetiva-se neste artigo investigar o papel do purismo para a constituição da língua portuguesa do Brasil na virada do século XIX para o XX por meio do estudo dessas polêmicas linguísticas ocorridas no período.

Para tanto, inicialmente, será examinado o conceito de purismo, em seguida, será apresentada uma breve contextualização histórica do período e, afinal, serão analisadas algumas das principais polêmicas ocorridas entre o final do século XIX e início do século XX.

¹ Endereço eletrônico: manolioadriana@gmail.com

O conceito de purismo

Em sua tese sobre a configuração do purismo brasileiro, Leite (2006) defende que ele é um fenômeno complexo que não pode ser entendido de modo simplista, apenas como correção gramatical. Nesse sentido, inicialmente, serão examinados os conceitos de purismo presentes em três dicionários de linguística.

No *Dicionário de linguística e gramática*, cuja primeira edição data de 1956, Mattoso Câmara apresenta a seguinte definição de purismo:

Atitude de extremado respeito às formas linguísticas **consagradas pela tradição** do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí, a **hostilidade** aos **estrangeirismos**, aos **neologismos** e a todas **as formas linguísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional**. (MATTOSO CÂMARA JR., 2002, p. 202, grifos nossos)

Analisando o verbete proposto por Mattoso Câmara, observamos que o linguista brasileiro trata da questão das “formas linguísticas consagradas pela tradição”. Essas formas consagradas seriam as autorizadas pelo uso literário tradicional, excluindo também os estrangeirismos e os neologismos.

A definição proposta por Dubois, em seu *Dicionário de linguística*, publicado pela primeira vez em 1973, segue transcrita abaixo:

Comportamento de certos falantes para com a língua, caracterizado pelo desejo de **fixá-la num estado de sua evolução, considerado como norma ideal e intangível**, à qual devem ser reduzidos todos os **desvios**; o purismo busca justificar-se por meio de considerações de ordem moral (preservação da pureza da língua). (DUBOIS, 1999, p. 495, grifos nossos)

Nesse trecho do verbete apresentado pelo linguista francês, destaca-se o aspecto da preservação da língua em sua evolução, sendo o purismo definido como o comportamento contra qualquer desvio da norma considerada “ideal”. Na definição de Dubois, verifica-se que a justificativa para a busca do purismo na língua extrapola a questão linguística, sendo considerada pelo autor como “de ordem moral”.

Em seu *Dicionário de linguagem e linguística*, cuja primeira edição foi publicada em 1999, Trask define o purismo conforme segue:

A crença de que as palavras, e outros elementos linguísticos, de **origem estrangeira** são uma forma de **contaminação** que mancha a pureza da língua. Quase todas as línguas estão em contato com outras línguas, e todas as línguas recebem palavras, e às vezes outros elementos, dessas línguas vizinhas. Às vezes, **os falantes da língua receptora protestam contra a presença em sua língua desses “estrangeirismos”, que eles consideram como “impurezas”,** e iniciam movimentos para que eles sejam eliminados e substituídos por elementos nativos. Essa atitude chama-se purismo e é muito difundida. (TRASK, 2004, p. 243, grifos nossos)

Comparando com as duas definições apresentadas anteriormente, constata-se que, nesse terceiro verbete, o linguista, de origem inglesa, destaca especificamente a questão dos estrangeirismos, que seriam considerados pelos falantes nativos como uma forma de contaminação da sua língua. As questões dos desvios da norma padrão e das formas não autorizadas pela tradição literária não são citadas por Trask.

Ao analisar as três definições propostas por autores cujos países de origem possuem diferentes políticas linguísticas, conclui-se que em todos os verbetes está implicado o sentido de purismo como “defesa e preservação da história e da cultura do homem, pela língua que usa”, conforme as palavras de Leite (2006, p. 50). Ainda segundo a autora, a atitude purista extrapola o âmbito da língua, recuperando posições ideológicas nela amalgamadas.

Nesse sentido, será apresentada, na sequência, a contextualização histórica do Brasil na transição do século XIX para o XX, a fim de compreender essa época e a postura dos intelectuais diante da língua nacional.

O contexto histórico no final do século XIX e início do século XX

O final do século XIX e início do XX caracterizam-se por profundas mudanças culturais, sociais e econômicas, entre as quais podemos citar a abolição da escravatura, a queda do regime monárquico e o início do regime republicano. Do ponto de vista cultural, há uma proliferação de trabalhos demonstrando a efervescência da vida intelectual brasileira:

constituição de disciplinas, programas de ensino escolar, publicações no domínio das línguas e da literatura. (ORLANDI; GUIMARÃES, 1998)

Os sintomas da crise do Segundo Reinado, segundo Fausto (2007), começam a surgir a partir da década de 1870. Esse período é marcado pelo início do movimento republicano, pelo desgaste na relação do Estado com suas bases de apoio em função do problema da escravidão, além das transformações socioeconômicas que darão origem a novos grupos sociais receptivos às ideias de reformas.

Ventura (1991) afirma que foram introduzidos no Brasil, a partir de 1870, os paradigmas do cientificismo, positivismo, evolucionismo e naturalismo. Assim como as concepções literárias e científicas de base naturalista, o ideário antiabsolutista e antiescravista difunde-se no Brasil durante o último terço do século XIX.

Para o historiador Eric Hobsbawm (1996), o século XIX é caracterizado pela crença na infalibilidade do “método científico”:

Ciência “positiva”, operando com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzindo “leis” uniformes e invariáveis além de qualquer modificação proposital, era a chave-mestra do universo, e o século XIX a possuía. Mais do que isso: com o crescimento do mundo do século XIX, os estágios anteriores e infantis do homem, caracterizados pela superstição, teologia e especulação, tinham acabado e o “terceiro estágio” da ciência positiva de Comte havia chegado. (HOBSBAWM, 1996, p. 372)

Discutiam-se no Rio de Janeiro, segundo aponta Ventura (1991, p. 12), as ideias positivistas, como a separação entre a Igreja e o Estado e a superação da religião pela filosofia, em centros de ensino, como a Escola Central, Escola Militar e Escola Politécnica. De acordo com o autor, “[o] naturalismo e o cientificismo tiveram, no Brasil, papel semelhante à Ilustração na Europa no século XVIII, ao trazer um saber secular e temporal, afastado das concepções religiosas.”

Conforme assinala Fausto (2007), as ideias republicanas na capital do Brasil estavam associadas à maior representação política dos cidadãos, aos direitos e às garantias individuais, à federação, ao fim do regime escravista. Os profissionais liberais e jornalistas, grupo cuja emergência resultou do desenvolvimento urbano e da expansão do ensino, constituiu-se a base social do republicanismo na cidade.

Proclamada a República, o novo regime, entretanto, apresenta poucas

transformações em relação ao período imperial. No tocante à economia, consoante análise de Dantas (1962), o regime republicano instala-se em um período de depressão econômica mundial, que segue até os primeiros anos do século XX. A depressão dos países compradores arruinou os preços dos produtos primários, gerando queda dos preços do café. O governo provisório brasileiro inicia-se com inflação, falências, classe rural reduzida à insolvência, o tesouro com *deficit* orçamentário, desemprego:

Numa sociedade economicamente deprimida, sem iniciativas privadas em perspectiva ou em desenvolvimento, sem tarefas administrativas possíveis diante da austeridade forçada pela míngua orçamentária, eram as letras o ponto alto, e nelas se concentrava o labor da elite, tanto quanto a atenção das classes intermediárias. (DANTAS, 1962, p. 54)

Prosseguiam as disparidades sociais do Império, a escola era para poucos e a população continuava a seguir os costumes europeus (FÁVERO; MOLINA, 2006). Analisando o comportamento dos nossos intelectuais desse período, Costa (2007, p. 265) afirma que “inebriavam-se com a literatura europeia, as modas europeias, fossem elas filosóficas ou políticas”, criticavam o latifúndio, preconizavam métodos de ensino mais modernos, no entanto, continuavam na dependência das oligarquias.

O país procurava tornar-se uma nação iluminada por propostas educacionais baseadas nos ideais positivistas como “escola para todos”, “progredir ou desaparecer” e “vitalizar pela educação e pela higiene”. Apesar das inúmeras tentativas de reformar a instrução pública, a sociedade brasileira pouco havia se modificado, continuando a existir um grande número de iletrados, desacreditando assim esses ideais republicanos. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 42)

Quanto à questão da língua portuguesa, de acordo com Auroux e Orlandi (1998), iniciado com a Independência do Brasil e intensificado com a Proclamação da República, o debate sobre a língua nacional ganhou destaque. Não bastava que o brasileiro soubesse sua língua, era preciso que ele tivesse consciência e representasse esse saber.

Os autores salientam que os intelectuais brasileiros do período procuravam construir um saber linguístico que não fosse somente o reflexo do saber de Portugal, voltando-se, então, para as teorias alemãs e francesas, baseadas na linguística histórico-comparativa. A reivindicação de outras filiações teóricas ofereceu para os brasileiros um processo de

ressignificação não apenas de sua língua, mas de seu saber linguístico.

Entre as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos, Auroux (2009, p. 31, grifos do autor) cita o “*purismo e a exaltação da identidade nacional*, com seu acompanhamento de constituição/preservação de um *corpus* literário [...], fenômenos quase universais na constituição, espontânea ou por transferência, dos saberes linguísticos.”

Nesse sentido, segundo Pimentel Pinto (1978, p. 34), ao final do século XIX, “abre-se o reinado dos puristas, que, *grosso modo*, perduraria até o limiar do movimento modernista.” Como afirma a autora, o centro de interesse dos teóricos recai sobre o grau de purismo e reforça-se a campanha contra os neologismos de importação, notadamente os galicismos. Críticos e escritores em geral se apegam aos clássicos:

Permanece a rejeição sistemática aos neologismos que se destinavam a marcar na língua escrita a presença da fala. [...] Considerados guardiães da vernaculidade, aos escritores cabia o dever de expurgar as características da fala popular, peculiaridades de sabor folclórico e sinônimo de ignorância da língua. (PIMENTEL PINTO, 1978, p. 37)

Verifica-se, portanto, que, na virada do século XIX para o XX no Brasil, o cenário político e social encontra-se refletido na questão da língua nacional. Exacerbada pela formação da nossa nação independente e republicana, a busca da conservação da língua em seu purismo – com sua rejeição da fala popular, dos neologismos e dos estrangeirismos – marca as ideias que circulam nessa época.

Após a apresentação da contextualização das características que marcaram o momento histórico e cultural do Brasil ao final do século XIX e início do XX, será analisado, em seguida, como os diversos aspectos presentes nas discussões sobre o purismo linguístico materializaram-se nos textos das polêmicas entre os intelectuais desse período.

O purismo nas polêmicas linguísticas no final do século XIX e início do XX

As polêmicas literárias e gramaticais da segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do XX foram, na visão de Fávero (2016), uma importante forma de revelar o forte sentimento de brasilidade que aquele momento histórico impunha, bem como relevantes

instrumentos de conhecimento e construção da língua do Brasil. O ambiente cultural brasileiro dessa época foi marcado por essas discussões públicas em torno de questões da língua, seus padrões cultos e eruditos.

A origem da paixão brasileira pela polêmica é lusitana, segundo Bueno e Ermakoff (2005, p. 11), sendo a passagem do século XIX para o século XX o período áureo desses duelos, “apreciada mais pelos meios do que pelos fins, despertando uma atenção quase esportiva por parte dos leitores”.

Fávero (2016) também destaca a influência de Portugal no interesse pelas polêmicas, especialmente no romantismo português, com a figura de Alexandre Herculano e as discussões sobre o código civil português, sobre a pena de morte e sobre o célebre milagre da batalha de Ourique.

O papel da imprensa escrita no fomento e na divulgação das querelas linguísticas é explicado por Ventura (1991):

O Rio de Janeiro [no final do século XIX e início do XX] detinha o maior mercado de trabalho para os homens de letras, que encontravam oportunidades no ensino, na política e no jornalismo. [...] Encontraram na imprensa lugar para exercer a crítica literária e divulgar as suas ideias. As polêmicas são indissociáveis desse suporte material, os jornais e as revistas, que se tornaram populares entre as camadas médias a partir de 1880. (VENTURA, 1991, p. 10)

Nessa mesma direção, em seu estudo sobre a história da imprensa no Brasil, Sodré (1983) salienta que a imprensa vivia da literatura e a literatura vivia da imprensa, e, como consequência, as polêmicas eram estimuladas nas páginas dos jornais e revistas desse período.

As polêmicas arrastavam-se por anos, como afirma Ventura (1991):

Polêmicas surgidas de questões secundárias se desviavam para debates de erudição e defesas da honra, em que o desafiante buscava provar sua “superioridade” sobre o oponente. Nada mais natural do que o privilégio da “luta de ideais” entre intelectuais sob o impacto das leis da evolução. (VENTURA, 1991, p. 79)

Segundo, ainda, a análise do autor, a linguagem da luta era parte do discurso da polêmica: “[a] ciência evolucionista, com a ênfase na luta entre espécies, justificava a violência

de tais debates como necessária à propagação das novas ideias e ao aperfeiçoamento cultural e social.” (VENTURA, 1991, p. 80)

Ressalta Fávero (2016, p. 395) que essas “querelas faziam com que os estudiosos – objeto das críticas – aprofundassem seus saberes linguísticos, obrigados que se sentiam em formular suas réplicas e, por vezes, tréplicas solidamente justificadas.” Além disso, de acordo com a autora, “por meio dessas discussões, pode-se pontuar a evolução das concepções acerca da língua, em paralelo à evolução do pensamento científico”.

As polêmicas contribuíram, também, com a formação de um imenso *corpus* que passa a constituir o saber linguístico da língua portuguesa do Brasil. Pode-se exemplificar com o caso da *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, que destaca no prólogo da primeira edição de sua obra:

Cumpre-nos aqui confessar agradecido que, na pesquisa de exemplos clássicos, largo subsídio nos forneceu a luminosa polêmica, a qual, na redação do Código Civil, se travou entre dois agigantados cultores de nosso idioma, queremos falar do Dr. Rui Barbosa e do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Graças a esse manancial e ao esforço próprio, pudemos abonar amplamente a doutrina exposta, com a citação de numerosos textos de escritores abalizados. (PEREIRA, 1907, p. II)

Outro gramático que cita a contribuição da polêmica é João Ribeiro, que, na 11ª edição da sua *Grammatica Portugueza*, de 1904, afirma que se valera dos “ensinamentos filológicos encontrados na Réplica do Senador Rui Barbosa às defesas da redação do Projeto do Código Civil.” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 163)

Ambos os exemplos demonstram como as discussões travadas nas polêmicas contribuíram para o desenvolvimento do saber linguístico brasileiro ao influenciar obras gramaticais de grande aceitação na época.

A seguir, com base na obra *Duelos no Serpentário*, de Bueno e Ermakoff (2005), serão apresentadas algumas das principais querelas do período, destacando os diversos aspectos presentes nas discussões sobre o purismo linguístico que se materializaram nos textos das polêmicas travadas entre os intelectuais desse período.

A polêmica de José de Alencar e Joaquim Nabuco, 1875

O motivo inicial da polêmica foi a peça *O jesuíta*, de José de Alencar, atacada por Joaquim Nabuco por atribuir a Independência do Brasil à Companhia de Jesus. Ambos escreviam no mesmo jornal, *O Globo*, da Corte, facilitando o acompanhamento entusiasmado dos leitores. Direcionando suas críticas a outra peça teatral de Alencar, *Demônio Familiar*, Nabuco aponta que o personagem Pedro, um criado negro, teria uma fala artificial:

A primeira acusação que eu faço ao *Demônio familiar* é a de que essa comédia de costumes não conta a vida de nossa sociedade, mas deprime e desmoraliza a nossa família, sem mesmo ter o mérito da verdade.

[...]

Essa linguagem de telegrama não é falada entre nós; mas se o fosse ainda não teria o direito de passar da boca dos clowns, pintados de preto, dos nossos circos para a dos atores. O negro, nascido no país e criado na família do senhor, como esse Pedro, que teve a mesma educação dos filhos da casa, não suprime assim o artigo e não fala uma língua que nos parece bárbara. Falasse-a porém, ela não devia ser repetida em cena. **Já é bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos;** há certas máculas sociais que não devem trazer ao teatro, como o nosso principal elemento cômico, para fazer rir.” (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 201-202, grifos nossos)

Constata-se, nesse trecho da polêmica, a rejeição à representação da língua falada dos escravos no texto teatral, demonstrando que qualquer marca de fala, especialmente a “confusa, incorreta”, não deveria ser reproduzida em um texto escrito. A resposta de Alencar vem na sequência, acusando Nabuco de querer negar que personagens negros possam ser representados no palco de teatro.

Outro destaque desta querela é relativo à discussão dos polemistas sobre arcaísmo e neologismo. Exemplifica-se essa questão com o trecho a seguir, em que Alencar se defende e ataca Nabuco:

Imputa-me ter eu enriquecido a língua portuguesa com o verbo *premer*. Esse motejo eu reconheceria como elogio, se fosse real o fato. Mas *premer* é palavra antiquíssima de nosso idioma; e se alguma censura me coubesse seria a de *arcaísmo*, porém não de invenção ou *neologismo*.

[...]

Será bom que o folhetinista abra o seu dicionário de Moraes, antes de dar regras para não lhe acontecer destas inocências. [...] (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 273, grifos do autor)

Nota-se que esses dois aspectos do purismo linguístico – arcaísmo e neologismo – são empregados pelos intelectuais como argumento que implica o desconhecimento do uso da

língua padrão, a fim de desqualificar seu opositor.

A polêmica entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco, 1879

A polêmica foi iniciada com a publicação do *Cancioneiro alegre*, em 1879, antologia em que Castelo Branco comentava criticamente poetas do momento no Brasil e em Portugal. O escritor português usou o escárnio para criticar possíveis erros de sintaxe e solecismos em poema de Fagundes Varela – morto havia quatro anos –, considerado um dos nossos maiores poetas românticos.

A atitude de ironia do polemista lusitano pelos brasileiros levantou a reação de Carlos de Laet. Futuro nome lendário do jornalismo combativo brasileiro, o jovem Laet dissecou a gigantesca obra de Castelo Branco em busca dos mesmos solecismos e desvios de sintaxe apontados pelo autor português em Varela.

Segue um trecho em que o escritor lusitano rebate as críticas de Laet, citando outro autor que empregara o mesmo uso em seus textos:

Respeito as críticas em que há delicadeza e latim. Este escritor, **zeloso do purismo da língua, acusa-me dum erro gramatical** nos seguintes termos: “O mesmo crítico..., encarniçando-se em dar caça aos peregrinismos brasílimos, que supõe feição característica da hodierna poesia brasileira, vai cair sobre umas falenas a E S V O A Ç A R E M - S E nos andá-açus – novidade importante, porquanto até ao penúltimo pacote não constava neste país que o esvoaçar também fosse reflexivo”.

Eu não imponho ao Sr. Laet a minha infalibilidade em pureza de língua; mas afeito-me a pedir-lhe que aceite a de Antônio Feliciano de Castilho, que escreveu “[...], e, com tudo isto, a esvoaçar-me sempre da poesia que foi, [...]”. Os senhores escritores brasileiros, que me enviam preleções de linguagem portuguesa, se me quiserem obsequiar dum modo mais significativo e proveitoso, mandem-me um papagaio, uma cutia e alguns frascos de pitanga. Quanto à linguagem, muito obrigado, mas não se incomodem. (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 302, grifos nossos)

As lições de língua portuguesa dadas pelo polemista brasileiro, que não são bem aceitas pelo escritor português, prosseguem com o apontamento de outro desvio da norma padrão cometido por Castelo Branco:

Se o Sr. Castelo Branco respeita os críticos em que há delicadeza e latim, eu desmancho-me em zumbaias às grandes razões de autoridade. Entretanto este não é precisamente o ponto da questão. Condenei o esvoaçar-se porque nunca o li, nem o vi empregar; porque no iterativo de voar **não descobro a procedência filológica daquele se**, que é desnecessário ao sentido, sem dar mais eufonia à expressão nem lhe aumentar a valia; porque, finalmente entrando em dúvida, **procurei o vocábulo e não o encontrei como forma reflexiva em Francisco Domingos Vieira, nem no Constâncio, nem no Faria, nem no Lacerda, nem no Morais.** [...]

Além disso, a minha tese está de pé. Não serve ao Sr. Castelo Branco o neologismo apontado? Que novas e mais concludentes provas de que S. Sa. também cochila? Pois, aí as tem: [...] à pág. 34, **podem danar-se os puristas** ante um *Houveram coisas terríveis...* (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 303, grifos nossos)

Nota-se que Laet, para rebater as críticas de Castelo Branco, usa como argumento o desconhecimento filológico do vocábulo “esvoaçar” pelo romancista português, citando escritores abalizados para condenar o uso reflexivo do verbo. Além disso, lança mais um ataque contra o escritor português, ao apontar mais um desvio de concordância – *houveram* –, uso que irritaria os puristas.

Castelo Branco não admite o deslize, transferindo, a princípio, a culpa ao revisor da edição do texto; porém, em seguida, busca exemplos em outros autores que também empregaram o verbo “houveram” da mesma maneira:

Sr. Carlos de Laet não mandou pitanga nem papagaio. Insiste em presentear-me economicamente com preleções de língua portuguesa [...].

Diz que eu escreveria [...], o escandaloso *houveram* coisas terríveis. **Este solecismo é realmente feio, é quase bestial.** [...]

Se eu culpasse o revisor de parvo, ele apontando-me a dezena de lugares citados, poderia replicar-me: “Você que é um asno, se cuida que escreve melhor português que Filinto Elísio, Francisco Dias Gomes e Ferreira Gordo, hein?” E eu calava-me então; e agora dizia-lhe que, se era capaz, enviasse as mesmas amabilidades ao Sr. Laet. (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 305-308, grifo nosso)

Laet responde, ressaltando as contradições de Castelo Branco em sua defesa, e rebate com ironia as observações do autor português:

Nesta questiúncula, em que vejo mais sintaxe que interesse, o Sr. Camilo veio lançar em meu espírito os germens do mais triste ceticismo. Há quem duvide de Deus, duvidam outros da imortalidade da alma, outros da existência dos

corpos, e **eu cá fico duvidando das regras do verbo haver**. (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 310-311, grifo nosso)

Após a apresentação desses exemplos, comprova-se, mais uma vez, como os desvios da norma padrão, com base no purismo linguístico, eram usados como argumentos para atingir a credibilidade do opositor da contenda.

A polêmica de Júlio Ribeiro e Padre Sena de Freitas, 1888

Representante do Naturalismo brasileiro, Júlio Ribeiro imortalizou-se na literatura nacional pelo seu romance *A carne*, de 1888. Além de romancista, jornalista e gramático, seu talento verbal encontrou o ápice ao travar uma polêmica com o Padre Sena Freitas, escritor de origem portuguesa.

O padre português reage contra a obra – considerada quase pornográfica – e decide escrever um artigo injurioso intitulado *A carniça*, dando margem à resposta de Júlio Ribeiro em *O urubu Sena Freitas*.

Usando os padrões de argumentação jurídica, Júlio Ribeiro passa a acusar Sena Freitas de cometer diversos desvios no uso da língua, entre eles o galicismo:

Proposição 11^a

Sena Freitas tem-se na conta de **puritano** em matéria de dicção, **censura** com acrimônia **os estrangeirismos** alheios e é em verdade um tarelo de força, um **galiciparla** escandalosíssimo.” [...]

Provas

[...]

Torista

Este vocábulo além de galicismo, é ainda *aquela coisa*: Sena Freitas, a ir com a pronúncia, deveria ter escrito *turista*; a ir com a etimologia, *tourista*. Em caso nenhum cabe o tal *torista*. (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 359, grifo nosso)

Nesse breve exemplo, fica claramente demonstrado como a questão do uso de galicismos era condenada pelos intelectuais da época, sendo defendido o purismo da língua portuguesa.

A polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, 1902-1905

A maior polêmica gramatical e filológica da história brasileira teve como motivo a redação do primeiro Código Civil brasileiro. O projeto de Clovis Bevilacqua teve sua redação violentamente atacada pelo Senador Rui Barbosa, que se valera da sua notória cultura filológica e linguística.

O professor e gramático baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, revisor do texto do Código, responde aos ataques de Rui Barbosa. Desse embate, nasceu a gigantesca *Réplica*, monumento de exibição gramatical, com discussões infundáveis e apelos aos clássicos para legitimar suas posições.

Na *Réplica*, Rui Barbosa rebate as objeções de outros antagonistas, além de Carneiro Ribeiro. Em especial, ele procura se defender da crítica de José Veríssimo, que afirma: “O sr. Rui Barbosa levou para a sua crítica do projeto do Código não só o seu amor da correção e da boa linguagem portuguesa do que não há senão louvá-lo, mas também as suas preocupações de purista.” (VERÍSSIMO, 1969, p. 109). Rui Barbosa não aceita ser chamado de “purista”:

Na arguição, que me faz, de **purismo** e tendência ao **gosto arcaico**, há injustiça [...]. Não sou dos que precisem de ser catequizados à **verdade científica da evolução dos idiomas**. Meu trato dos antigos escritores portugueses não me levou ao fetichismo da antiguidade **vernácula**, não me converteu em amouco dos vícios do classicismo, não me divorciou dos estudos hodiernos sobre **as leis da vida orgânica nas línguas**. (BARBOSA, 1953, p. 91)

Para exemplificar as extensas citações empregadas por Rui Barbosa na *Réplica*, o caso da discussão sobre o uso do vocábulo *desvirginamento* é emblemático. Rui Barbosa, no *Parecer*, considera ser a palavra um neologismo, julgando que o termo não é abonado pelos clássicos nem tem a chancela jurídica; propõe o uso de *defloramento*. Carneiro Ribeiro rebate o senador, afirmando que a origem de *desvirginamento* é latina.

A fim de comprovar seu ponto de vista, Rui Barbosa apresenta extensa lista de citações de diversos autores latinos e seus textos, como Petrônio, Varrão, Higino, Nônio, Juvenal, a Vulgata e Justiniano. Cita, ainda, a Bíblia, Freud, as leis francesas e belgas, os códigos italiano e espanhol, para concluir:

143. Ao ponto essencial, portanto, agora. A questão é da escolha entre o velho termo deflorar, a cujo lado milita a consagração ininterrupta do uso profissional, e a inovação cunhada no desvirginar, entre escritos profanos, de literatura amena, por um estilista famoso. Por que banir a velha expressão jurídica, preferindo-lhe a nova? Temos esse direito?

Não. **A tecnologia jurídica é, de sua natureza, eminentemente estável, essencialmente conservadora.** Seu vocabulário não se pode alterar, senão quando novas necessidades exigirem palavras novas.

Aqui a ideia é tão velha quanto o mundo, sua expressão tem, nas leis do país, uma forma tão anciã como elas. **Não há que inovar.** Seria ridícula veleidade. (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 521, grifos nossos)

O fato de o senador Rui Barbosa haver esmiuçado com impiedosa meticulosidade apenas os descuidos ou erros linguísticos, ao passo que o aspecto jurídico do assunto não foi abordado, causou espanto desde o início. Na interpretação de Dantas (1962, p. 54), essa foi uma estratégia para deter a aprovação do Projeto do Código Civil, pois “uma crítica aos fundamentos jurídicos, ao plano da obra ou a seus dispositivos principais, não teria a força de comover o prestígio do Projeto, a não ser perante um número limitado de entendidos”:

A massa das corrigendas, a autoridade do corretor e **essa indefinida sensação de indecência que se desprende da evidenciação dos erros de linguagem,** puderam o que a opinião política não poderia: derrotar o governo na última trincheira que teria de atravessar o código. (DANTAS, 1962, p. 54, grifo nosso)

Nesse contexto, verifica-se que a discussão travada por Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro se insere em um momento em que a consciência nacional e a formação da identidade brasileira estão em processo de amadurecimento. No caso desta polêmica, constata-se que a questão do purismo linguístico se expande até para a questão política, usada como forma de atingir a credibilidade e autoridade dos polemistas.

Conclusão

A importância de compreender o panorama do ambiente cultural brasileiro do final do século XIX e início do XX para a formação da identidade nacional, motivou este estudo sobre as discussões públicas ocorridas nessa época em torno de questões dos padrões cultos e

eruditos na língua.

As querelas apresentadas, travadas entre José de Alencar e Joaquim Nabuco; Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco; Júlio Ribeiro e Padre Sena de Freitas; Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro são casos que ilustram com perfeição o espírito desse período brasileiro, marcado, especialmente, pela defesa do purismo da língua.

Desta maneira, neste artigo conclui-se que o estudo desses debates linguísticos é relevante para compreender a evolução das concepções acerca da língua portuguesa do Brasil, especialmente no momento histórico do fim da Monarquia e início da República brasileira, no qual se buscava a construção da identidade brasileira.

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____; ORLANDI, E. P. Introduction. *Langages*, Paris, v. 32, n. 130, p. 3-7, 1998.
Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1998_num_32_130_2152>.
Acesso em: 7 set. 2016.

BARBOSA, R. *Réplica às defesas da redação do Projeto de Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, v. XXIX 1902 Tomo II, 1953. Disponível em:
<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/RuiBarbosa/5339_V29_T2/PDF/5339_V29_T2.pdf#search=réplica+replica>. Acesso em: 29 set. 2016.

BUENO, A.; ERMAKOFF, G. *Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DANTAS, S. T. *Figuras do direito*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962.

DUBOIS, J. E. A. *Dicionário de linguística*. Coord. Tradução Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

FÁVERO, L. L. O século XIX e as primeiras manifestações sobre a língua falada no Brasil. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.) *Língua Portuguesa e Lusofonia: história, cultura e sociedade*. São Paulo: Educ: IP-PUCSP, 2016, p. 387-396.

_____; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

HOBSBAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Dicionário de linguística e gramática: referente à Língua Portuguesa*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. La formation d'un espace de production linguistique: La grammaire au Brésil. *Langages*, Paris, v. 32, n. 130, p. 8-27, 1998. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1998_num_32_130_2153>. Acesso em: 7 set. 2016.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907. Disponível em: <<http://www4.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

PIMENTEL PINTO, E. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, J. Uma lição de português. In: BARBOSA, R. *Anexos à Réplica. Obras Completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, v. XXIX 1902 Tomo IV, 1969. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/RuiBarbosa/37958/pdf/37958.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

THE DISCUSSION ABOUT THE LINGUISTIC PURISM ON CONTROVERSIES IN BRAZIL AT THE TURN OF THE 19TH TO THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

This article examines linguistic quarrels about Portuguese language in Brazil between the end of the 19th century and the beginning of the 20th. The aim of this study is to understand the influence of linguistic purism in these polemics, as well as its importance in the emergence of Brazilian national identity. Initially, the analysis focuses on the definition of purism. Afterwards, starting from a historical background, this paper examines the main linguistic controversies that occurred in Brazil at the turn of the 19th to the 20th century. The results show that these public debates reaffirm the role of language as an instrument to create Brazilian cultural identity.

Keywords: Linguistic controversy. Purism. National language.

Envio: janeiro/2018

Aceito para publicação: maio/2018

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267